

## A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE: TENTATIVA DE EMPREENDER UM DIÁLOGO SOBRE A TEMÁTICA.

José Carlos Castelo Branco Filho<sup>1</sup>

Quem sou eu? Como me vejo? Como penso que os outros me vêem? Como os outros me vêem de fato? Hoje eu sou a mesma pessoa de vinte anos atrás? Seria a mesma pessoa, caso tivesse migrado para outro país, cidade ou região?

Refletindo sobre as duas primeiras indagações, podemos nos interrogar sobre o fato de um de nós ser, por exemplo, homem, mas também pai, professor, membro da classe A, militante do movimento negro, católico, nordestino, brasileiro... Este nosso “eu” imaginário, como todos nós, possui várias facetas identitárias, mas alguma delas pode ter um “peso” maior do que as outras. Nas suas atitudes e práticas políticas, por exemplo, que fator será

<sup>1</sup> José Carlos Castelo Branco Filho – E-mail: [josecarlos@castelobrancopsi.com](mailto:josecarlos@castelobrancopsi.com)

Psicólogo, mestre em Psicologia, na área de **Processos psicopatológicos e ações terapêuticas** e responsável pelo **Castelo Branco - Consultório de Psicologia**, onde atende jovens, adultos e casais nas áreas Clínica, Hospitalar, Saúde Mental e Plantão Psicológico. Atua como psicólogo hospitalar da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, na qual integra o NUPSI – Núcleo de Psicologia do Hospital de Base de Brasília. É membro titular do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. Tem realizado oficinas e palestras em empresas e órgãos públicos com vistas à melhoria da qualidade de vida e ao equilíbrio e desenvolvimento pessoal e profissional. É membro da Sociedade Brasileira de Psicologia, da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar e da *World Association for Person-Centered and Experiential Psychotherapy and Counseling* (Associação Mundial para Psicoterapia e Aconselhamento Centrado na Pessoa e Experiencial).

determinante? A classe social ou a condição de militante negro? Será que sempre prevalecerá uma mesma faceta identitária sobre as outras? Dito de outra forma: de que “lugar” este “eu” fala? Fala sempre do mesmo “lugar”? Em que “lugar” se situa, ao “escutar” um determinado discurso de outro?

Essas poucas indagações mostram que tal complexidade torna necessário o estudo da questão da identidade numa perspectiva transdisciplinar. Só assim, as várias perspectivas, como a sociológica, a psicanalítica, a da psicologia social, poderão abordar satisfatoriamente a clássica questão do confronto entre as vontades e liberdades individuais e o peso das estruturas sociais.

O conceito de identidade teve sua origem na Grécia antiga, revestindo-se de diversas acepções, de acordo com o pensamento de cada época.

Esse conceito remonta ao pensamento de Parmênides (século VI a.C.), que ao indagar o ser coloca-o numa perspectiva estática: o ser é, num dado espaço e tempo.

Consagra-se então o conceito de identidade preso a uma realidade concreta, erigindo a era do sensório como determinante de todos os fenômenos, quer sejam físicos, quer psíquicos.

A história da identidade encontra-se, pois, entrelaçada à própria história do pensamento, e é assim que na modernidade assistiu-se a notável esforço no sentido de despregar-se desse enfoque estático. Desta forma, o confronto do eu com os outros, com o mundo, ocorreria sempre segundo um processo dialético, numa perspectiva de agenciamento, mediada pela adoção da melhor situação possível dentro de perspectivas locais. Introduz-se

um dinamismo, preservando-se, porém, a vinculação com uma visão concreta/estática da realidade.

É no chamado período pós-moderno, quando a ciência se confronta com fenômenos incomensuráveis, instáveis, que tais questões são deflagradas, agravando a instabilidade da ciência. Cabe ressaltar que, embora este momento dito pós-moderno seja um momento da sociedade ocidental, ele é usado aqui para representar uma transformação do caminho até então percorrido pelo pensamento no Ocidente. Uma nova era se faz anunciar, onde possa haver um desprendimento do concreto, do objetável, abrindo caminhos para o homem em seu paradoxo, em suas manifestações mais singulares, tarefa esta já antevista por Heráclito de Éfeso no século V a.C.

Na modernidade, cientistas sociais começaram a pensar a identidade como produto do social. Entretanto, o pensamento de tais cientistas não pode ser visto como um todo único, uma vez que guardam diferenças entre si.

Segundo Goffman (1975) apud Nunes (1986), “a identidade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias”.

Como produto desses atributos, existiriam, portanto, dois tipos de identidade social: a identidade social virtual e a identidade social real.

Por identidade social virtual entende-se aquela imputada pela sociedade, de acordo com as categorias e atributos esperados por esta, enquanto a identidade social real diz respeito ao que o indivíduo efetivamente prova possuir.

Goffman (1975), ao usar o termo “identidade pessoal”, define-o segundo suas básicas: unicidade, referente à unidade da identidade e particularidade pertencentes a um indivíduo e que, portanto, não se encontra presente de igual forma em nenhum outro, constituindo, assim, uma história contínua e única da fatos sociais.

A identidade pessoal distingue-se da identidade do eu na medida em que esta “é uma questão subjetiva e reflexiva que deve necessariamente ser experimentada pelo indivíduo cuja identidade está em jogo” (Goffman, 1975 apud Nunes 1986).

Subtende-se na perspectiva de Goffman um sujeito preso ao tempo e ao espaço de forma definitiva: presente, passado e futuro numa visão continuísta.

O fundamental nesta visão reside no fato de a identidade estar sendo analisada a partir da identidade deteriorada (estigma). Tal condicionante pressupõe que se considere qualquer movimento como deslocamento, desvio em relação a um centro que, em última instância, o determinaria. Nota-se, permeando este enfoque, portanto, uma visão dicotômica entre identidade social real e identidade social virtual, normal e marginal. Por fim, resta salientar o caráter determinista que assume Goffman ao focar a sociedade como produtora da identidade.

Ainda dentro dessa visão moderna de identidade, encontramos posições teóricas mais progressistas, onde estão visivelmente presentes a necessidade e o esforço de não se considerar a identidade como uma instância fixa, absorvedora de sentido, ou seja, fundada numa exclusividade estática, “ser/não ser”. Vê-se, dessa maneira, uma tendência para perceber os aspectos dinâmicos do processo. Berger e Luckman (1976) retratam bem esta

tendência, ao focar a identidade como um elemento chave da realidade subjetiva, colocando-a, portanto, em relação dialética com a sociedade.

Por exemplo, desde cedo, a criança vai interiorizando e adotando os papéis e atitudes de outras pessoas que se configuram como significativas; é através desta identificação com os outros que ela passa a se identificar, a adquirir uma identidade subjetiva. Este processo se dá através de uma dialética entre a identidade atribuída pelos outros e a identidade de que ela, a criança, subjetivamente se apropria.

Logo, é através dos processos sociais que a identidade vai sendo formada. É importante a ênfase no aspecto “processual” dessa formação, na medida que representa um avanço em relação à concepção clássica e mesmo à concepção de identidade de Goffman. Isso porque esta deixa de ser concebida como um objeto último a ser atingido e passa a sê-lo de uma forma mais dinâmica, pois através da dialética eu-outros a identidade é mantida, modificada ou mesmo remodelada. Configura-se, desse modo, uma interação, pois não só a estrutura social (através dos processos sociais) age sobre as identidades, como estas reagem sobre a estrutura social dada, mantendo-a, modificando-a ou mesmo remodelando-a.

## **1. IDENTIDADE: UM PANORAMA GERAL DE DUAS SUBÁREAS DA PSICOLOGIA**

O estudo da identidade parece ter se desenvolvido separadamente em duas subáreas da Psicologia. De um lado, a Psicologia Social privilegia o estudo das identidades sociais segundo Lipiansky (1992) apud Moreira e Oliveira (2000), como:

“as pertencas do sujeito às categorias bio-psicológicas (sexo, idade), a grupos socioculturais (étnicos, regionais, nacionais, profissionais...) ou à assunção de papéis e de status sociais (familiares, profissionais, institucionais...) ou ainda à afiliações ideológicas (confessionais, políticas, filosóficas...)”.

Nessa perspectiva, os grupos, categorias, culturas forneceriam modelos de referência, valorizados e aprovados, que serviriam de base à construção da identidade social do sujeito.

Por outro lado, coube à Psicologia Clínica desenvolver a noção de identidade pessoal, frequentemente definida como “a consciência de si como individualidade, singularidade, dotada de uma certa constância e de uma certa unicidade”. (Lipiansky, 1992) apud Moreira e Oliveira (2000).

Essas noções de identidade, entretanto, permanecem dicotomisadas na Psicologia, a sua articulação é, na maioria das vezes, implícita ou apenas esboçada. A identidade social aparece, em geral, como um aspecto da identidade pessoal.

Na tentativa de estabelecer a articulação entre o psicológico e o social a partir da compreensão de que o sujeito se estrutura em um contexto social, cultural e histórico específico, alguns autores buscam articular a noção de identidade social e pessoal considerando que elas se justapõem.

O conceito de identidade pessoal, aparentemente simples, e frequentemente utilizado na Psicologia, traz em si mesmo um paradoxo crucial. Por um lado, ele remete às noções de unicidade e especificidade (aquele que é único, o que caracteriza algo de alguém), portanto, o que é diferente, mas, ao mesmo tempo, remete também à noção de semelhança (ao que é igual, idêntico ao outro).



Tal paradoxo reflete-se na utilização do conceito na área da Psicologia. Como afirma Lipiansky (1992) apud Moreira e Oliveira (2000):

“Trata-se, ao meu ver, de um paradoxo e não de uma simples contradição; isto quer dizer que os dois sentidos não funcionam segundo o princípio de exclusão (ou um ou outro), mas que eles se apresentam concorrentemente (um e outro) e que, fundamentalmente, a significação permanece impossível de ser separada”.

Ter uma identidade é, ao mesmo tempo, ser alguém único, com características idiossincráticas e ser alguém igual aos outros, no sentido de compartilhar com o grupo significados. Como afirma Lipiansky (1992) apud Moreira e Oliveira (2000):

“o sentido de identidade se inscreve numa tensão e numa homologia entre o indivíduo e o grupo, entre as necessidades internas e as influências sociais, entre singularidade e pluralidade”.

A identidade é aqui entendida na concepção de Tap (1979) apud Moreira e Oliveira (2000) como o conjunto de representações, sentimentos e opiniões que o sujeito tem sobre si mesmo. Para esse autor (Tap, 1985), o sujeito constrói seu lugar e assume suas posições na sociedade através da apropriação da cultura e das instituições sociais mediadas pelo outro. A identidade, portanto, se forma no jogo das relações sociais na medida em que o sujeito se apropria das regras, valores, normas e formas de pensar de sua cultura.

Segundo Tap (1979) apud Moreira e Oliveira (2000), a identidade pessoal é:

“um sistema de representações de si, isto é, um conjunto de características físicas, psicológicas, morais, jurídicas, sociais e culturais e a partir das quais a pessoa pode se definir, se conhecer e se fazer conhecer, ou a partir das quais o outro pode defini-la, situá-la ou reconhecê-la”.

Neste sentido, os grupos de referência, aos quais são associados modelos ideais e representações, estão na base da construção da identidade pessoal.

Este autor propõe que a identidade é um sistema articulado de múltiplas dimensões:

- a) a continuidade;
- b) a coerência (unidade);
- c) a positividade (valorização, avaliação, estima);
- d) a diferenciação interna;
- e) a diferenciação externa;
- f) a afirmação de si;
- g) a originalidade (unicidade).

Manter tais dimensões exige, por vezes, a utilização de estratégias defensivas. Por exemplo, a identidade consolida-se na percepção que tem o sujeito do seu valor e do seu poder sobre si mesmo, sobre os outros e os acontecimentos. Logo, o sentimento de ser rejeitado, desvalorizado, destituído de poder pelo grupo social de atingir a identidade pessoal em suas dimensões de valor, poder e autonomia.

## **2. A ADOLESCÊNCIA E A ESTRUTURAÇÃO DA IDENTIDADE: UMA BREVE VISÃO PSICANALÍTICA.**

Segundo Outeiral (1994), uma das tarefas essenciais da adolescência é a estruturação da identidade. Embora comece a ser “construída” desde o início da vida do indivíduo, é na



adolescência que ela se define, se encaminha para um perfil tornando esta experiência um dos elementos principais do processo adolescente.

A identidade, como a própria palavra define, se organiza por identificações: inicialmente com a mãe, logo em seguida com o pai e depois com os outros elementos da família e, finalmente, com professores, amigos, ídolos e pessoas da sociedade em geral.

Inicialmente, o bebê vive num estado de “fusão” com a mãe e, para ele, todo “o universo” é constituído por ele próprio (incluindo a mãe). Aos poucos, a mãe (por “melhor” que possa ser) vai introduzindo frustrações que permitem ao bebê perceber “a realidade”. Permanece, entretanto, uma ligação importante com a mãe que exige uma “intromissão-benéfica” do pai. Ele como que “rompe” este vínculo simbiótico e, ao se apresentar ao bebê e à mãe, transforma o que era uma dupla em um triângulo. Ele se oferece, assim, como um elemento importante e fundamental para identificação, agora não mais restrita à figura materna. Este é um momento fundamental e estruturante para a criança. Posteriormente, outras pessoas da família, amigos e vizinhos se colocam para esta experiência identificatória e, em seguida, os professores. Assim é o que acontece na infância.

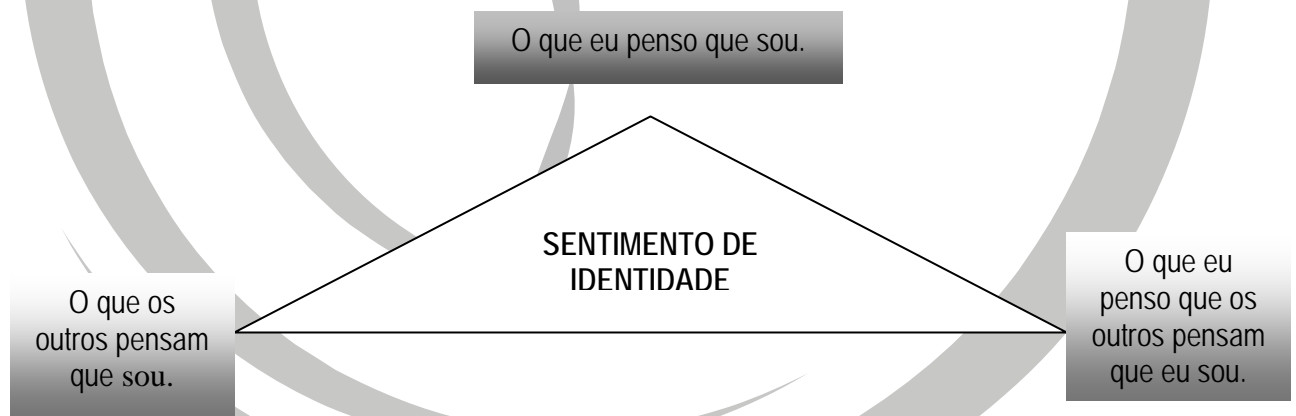
Na adolescência, além da identificação, principalmente com os pais, chama a atenção os seguintes elementos na construção da identidade:

- O grupo de adolescentes é um dos mais importantes para a busca de identificação. Esta ocorre com aspectos parciais de um ou outro amigo ou com a figura de um líder da turma.

- Personagens de grupos musicais, atletas, astros de cinema ou televisão constituem também importantes elementos para identificação.
- Os professores também são pessoas importantes para os adolescentes se identificarem.

Assim, a identidade é entendida como o conhecimento por parte de cada indivíduo da condição de ser uma unidade pessoal ou entidade separada e distinta dos outros, permitindo-lhe reconhecer-se o mesmo a cada instante de sua evolução ontológica e correspondendo, no plano social, à resultante de todas as identificações prévias feitas até o momento considerado.

Para Osório (1992), pode-se ainda acrescentar que o sentimento de identidade é função de um equilíbrio dinâmico entre os três vértices do triângulo abaixo:



Do ponto de vista psicológico considera-se que a tarefa básica da adolescência é a aquisição desse sentimento de identidade pessoal.

“O homem sempre buscou inspiração nos deuses e mestres para encontrar seus próprios caminhos. E a psicologia nos tem ajudado perceber que desde cedo, como dito, necessitamos do outro para definir nossa própria existência e identidade” (Levisky, 1998).

O processo é complexo e dinâmico. Tem início, talvez, em nossos ancestrais, em nossos pais, quando projetam no filho que há de vir aspectos de si mesmos. Assim, ninguém só é aquilo que é. É se sempre o resultado de uma interação entre os aspectos próprios e os aspectos da relação que se estabelece com o outro e com o meio.

O termo identificação tem um significado amplo. Do ponto de vista psicanalítico, ele ocupa posição central em relação ao desenvolvimento, à organização da personalidade e à constituição do ser como indivíduo.

Para Levisky (1998), a identidade como um aspecto da personalidade pode ser compreendida como a resultante de uma multiplicidade de identidades parciais.

Esse processo de identificação, cuja resultante final é a identidade em seus múltiplos aspectos, será agente modificador da cultura, e sofrerá as conseqüências dessas mudanças.

Há culturas que favorecem a expressão de certos aspectos da vida pulsional, rejeitados por outra cultura. Assim, o canibalismo dos povos primitivos é hoje rejeitado pela cultura moderna. Entretanto, desenvolveram-se outras formas de canibalismo, como a miséria, ou os vários sistemas de poder que desconsideram as minorias, ou minorias economicamente poderosas que fazem um mal uso social desse poder.

Os processos de identificação da criança e do adolescente ocorrem a partir de movimentos psíquicos existentes na relação pais/filhos (as), com o (a) último (a)

incorporando, desenvolvendo e transformando, buscando alcançar seus próprios modelos, seu modo de ser, pensar e viver. Nisso a cultura se faz presente, quer pelo modelo identificatório dos pais, quer pela ação direta da própria cultura sobre os indivíduos, e em especial sobre as crianças e adolescentes, por estarem num momento de construção das bases de suas identidades. Esse processo estabelece-se dentro de um clima determinado pelos valores impostos pela cultura vigente.

A partir desse ponto pode-se prosseguir a análise do processo de identificação através de, pelo menos, dois caminhos. O primeiro, observando a relação do indivíduo com ele mesmo, entre seu consciente e o inconsciente. Constatar-se-á a existência de tendências nos indivíduos a usarem mecanismos de defesa como negar ou projetar aqueles afetos ou pensamentos considerados por ele como indesejáveis em sua pessoa, tais como certas fantasias sexuais agressivas, de caráter perverso e destrutivo.

O segundo caminho refere-se às mudanças das características da sociedade contemporânea. Observam-se uma liberação dos impulsos tanto amorosos quanto destrutivos e uma dificuldade de encontrar os limites necessários para a existência e preservação do grupo social.

Tais parâmetros são definidos pela cultura e expressam o ônus da civilização. Parece existir, na atualidade, entre a maioria dos indivíduos, homens e mulheres, um certo estado de perplexidade ante a velocidade das mudanças de valores e a impotência para, isoladamente, mobilizar ações sentidas como construtivas.

“Pensando em termos do adolescente vivendo sua crise de identidade, portador de um ego com características específicas, ele possui um terreno fértil para sofrer induções, sugestões, pregações de toda natureza, podendo ser utilizado como um “cidadão de papel”, na expressão de Dimenstein (1993)” (Levisky, 1998).

Em relação ao segundo caminho proposto por Levisky (1998), a sociedade e a cultura também são processos dinâmicos e complexos, concomitantemente e interatuantes nos processos internos da vida psíquica, marcados por características da evolução de cada época, como tem sido desde os primórdios da civilização.

Hoje, as marcas fundamentais estão centradas na velocidade com que ocorrem o desenvolvimento científico-tecnológico e a massividade de informações. Esses dois fatores contribuem para mudanças no conjunto de valores éticos, sociais, morais, crenças, e qualidades das inter-relações.

Em nosso meio isso é agravado pela grande discrepância sociocultural e econômica, com elevado índice de miserabilidade, mortalidade, violência, coabitado com opulência.

Agravam a complexidade do processo de identificação fatos como a rápida evolução dos conhecimentos e da tecnologia, não dando tempo para que a mente humana se familiarize e se adapte aos novos sistemas.

Para Levisky (1998), a massividade da comunicação, a liberação indiscriminada do conhecimento, a mudança rápida de costumes e de valores éticos, morais e a interpenetração de culturas diferentes por intermédio de rápidos e eficientes meios de comunicação tendem a saturar o aparelho psíquico.

Cassorla (1991) apud Levisky (1998) chama a atenção para riscos que existem na sociedade contemporânea em relação a um predomínio da “Identificação Negativa”, conceito empregado por Erikson para caracterizar o indivíduo que se identifica com o objeto caótico, contaminando a capacidade criativa e gerando a desesperança.

Esses fatores representam um perigo para a organização da identidade individual, e suas repercussões na interação com a sociedade.

Na cultura brasileira contemporânea há ainda a marca da miséria, das atitudes psicotizantes dos governantes, do desrespeito aos direitos humanos, das crises econômico-político-institucionais, que contribuem para que o continente familiar e a nação em suas funções continente e modelar no processo de identificação da sociedade, e principalmente da juventude, fiquem comprometidos. Os próprios pais dos adolescentes sentem-se ambivalentes e inseguros, temerosos na orientação de seus filhos, mobilizados que estão mais pelo medo do que pela experiência.

O Processo de identificação da criança e do adolescente na sociedade contemporânea é complexo, e provavelmente mais ansiógeno do que em outras épocas.

“O adolescente, dentro de seu processo normal, passa por uma desidentificação de seus objetos e valores oriundos da infância, como também necessita se desidentificar do objeto cultural intrafamiliar para poder se reidentificar com novos objetos descobertos fora daquela cultura. Esse processo é concomitantemente doloroso, culposos e atraente. Observa-se no cotidiano, nos grupos de contestação, nas músicas, vestuários, hábitos, manifestações que



podem ser equiparadas a uma destruição da cultura anterior para modernizá-la com novos valores” (Levisky, 1998).

Os pais, primeiros objetos identificatórios a serem introjetados, encontram-se desorientados, e até mesmo perplexos, ante as mudanças que a cultura atual oferece. Vivem momentos em que seu estado emocional assemelha-se ao do adolescente, facilitado pelas contradições oferecidas pela cultura.

A criança e o adolescente, ávidos de vida e de prazeres, enfrentam a realidade de seus mundos interno e externo. É a partir dessas relações que eles organizam suas experiências emocionais. Essas experiências contribuem na construção de suas identidades, por meio de múltiplas identificações parciais. Durante o processo específico de identificação do adolescente, período vulnerável do desenvolvimento evolutivo no qual a identidade do indivíduo encontra-se em crise, o adolescente é altamente suscetível à incorporação de novos objetos de investimento afetivo, incluindo-se a incorporação do objeto caótico.

Se a sociedade, por suas características, é pouco continente, instável em seus valores e pobre em alternativas a oferecer nessa busca de uma identidade mais profunda, há grande risco de lesar e deixar profundas cicatrizes na personalidade desses jovens, com conseqüências para toda a sociedade, muitas delas de caráter irreversível.

### 3. A IDENTIDADE SEGUNDO UMA BREVE VISÃO SOCIOLÓGICA

“A identidade é evidentemente um elemento chave da realidade subjetiva, e tal como toda realidade subjetiva, acha-se em relação dialética com a sociedade. A identidade é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas ações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social. Inversamente, as identidades produzidas pela interação do organismo, da consciência individual e da estrutura social reagem sobre a estrutura social dada, mantendo-a, modificando-a ou mesmo remodelando-a as sociedades têm histórias no curso das quais emergem particulares identidades. Estas histórias, porém, são feitas por homens com identidades específicas” (Berger e Luckmann, 1999).

Segundo eles, se tivermos em mente esta dialética podemos evitar a noção equivocada da “identidades coletivas”, sem precisar recorrer à unicidade da existência individual. As estruturas sociais históricas particulares engendram tipos de identidade, que são reconhecíveis em casos individuais.

“A identidade é um fenômeno que deriva da dialética entre um indivíduo e a sociedade. Os tipos de identidade, por outro lado, são produtos sociais *tout court*, elementos relativamente estáveis da realidade social objetiva. Assim sendo, são o tema de alguma forma de teorização em uma sociedade, mesmo quando são estáveis e a formação das identidades individuais é relativamente desprovida de problemas. As teorias sobre a identidade estão sempre encaixadas em uma interpretação mais geral da realidade. São” embutidas “no

universo simbólico e suas legitimações teóricas, variando com o caráter destas últimas. A identidade permanece ininteligível a não ser quando é localizada em um mundo. Qualquer teorização sobre a identidade – e sobre os tipos específicos de identidade – tem, portanto, de fazer-se no quadro das interpretações teóricas em que são localizadas” (Berger e Luckmann, 1999).

Eles deixam claro que em seus estudos eles se referem às teorias sobre identidade enquanto fenômeno social sem prejudicar nada quanto à aceitabilidade delas pela ciência moderna.

“A emergência das psicologias introduz uma nova relação dialética entre identidade e sociedade, a relação entre a teoria psicológica e os elementos da realidade subjetiva que pretende definir e explicar. O nível dessa teorização pode naturalmente variar muito, conforme acontece com todas as legitimações teóricas. As psicologias pertencem a uma dimensão da realidade que tem a maior e mais contínua relevância para todos os indivíduos. Por conseguinte, a dialética entre a teoria e a realidade afeta o indivíduo de maneira palpavelmente direta e intensa. (Berger e Luckmann, 1999)”.

Para eles, quando as teorias psicológicas alcançam um grau de complexidade intelectual alto, essas teorias podem ser ministradas por especialistas neste campo de conhecimento. E, qualquer que seja a organização social desses especialistas, as teorias psicológicas penetram na vida cotidiana, fornecendo os esquemas interpretativos para que ele se livre dos casos problemáticos.

Os problemas que surgem da dialética entre a identidade subjetiva e as atribuições sociais de identidade, ou entre a identidade e seu substrato biológico, podem ser classificados de acordo com categorias teóricas, o que é evidentemente o pressuposto de qualquer terapêutica. As teorias psicológicas servem por conseguinte para legitimar os procedimentos de conservação da identidade e da reparação da identidade estabelecidos na sociedade, fornecendo a ligação teórica entre a identidade e o mundo, tal como ambos são socialmente definidos e subjetivamente aprendidos" (Berger e Luckmann, 1999).

“Na medida em que as teorias psicológicas são elementos da definição social da realidade sua capacidade de gerar a realidade é uma característica, de que participam com outras teorias legitimadoras. Contudo, seu poder realizador é particularmente grande, porque é atualizado por processos de formação de identidade emocionalmente carregados. Se uma psicologia se torna socialmente estabelecida tende forçosamente a se realizar nos fenômenos que pretende interpretar. Sua interiorização é acelerada pelo fato de referir-se à realidade interna, de modo que o indivíduo a realiza no próprio ato de interiorização seja acompanhada pela identificação, por conseguinte *ipso facto* é provável que seja formadora de identidade” (Berger e Luckmann, 1999).

Para Berger e Luckmann (1999), o homem é biologicamente predestinado a construir e habitar um mundo com os outros. Este mundo torna-se para ele a realidade dominante e definitiva. Seus limites são estabelecidos pela natureza, mas, uma vez construído este mundo atua de retorno sobre a natureza. Na dialética entre a natureza e o mundo socialmente

construído, o organismo humano se transforma. Nesta mesma dialética o homem produz a realidade e com isso se produz a si mesmo.

### **Identidade: processo em construção**

A existência do homem pode ser vista como uma contínua tentativa de “instalar-se” de maneira segura em seu mundo e, simultaneamente, articular-se com suas constantes transformações. Ele tem de buscar uma ordem significativa entre suas experiências de vida para este processo se dar. Quando se diz “buscar uma ordem significativa” refere-se ao fato de cada indivíduo desenvolver um conhecimento hermeneuticamente construído, isto é, um mundo simbólico, com o qual organiza sua experiência pessoal por meio de construções sobre o real em que são articuladas suas referências de mundo e de si mesmo – seus conceitos, crenças, idéias, atribuições sobre si e sobre seu ambiente físico e social. Esse processo permite ao indivíduo identificar os objetos em sua especificidade, reconhecer a si mesmo e aos outros como indivíduos e organizar suas ações em seu contexto de vida.

Tanto o indivíduo quanto suas concepções de realidade são constituídos nas relações interpessoais. Essas inter-relações são mediadas por crenças, padrões, práticas e normas de toda uma sociedade e esta, por sua vez, em parte, é construída por esses mesmo indivíduo dela participante, em um processo contínuo e dinâmico de mútua construção, cuja direção não é causal, mas determinada pelo somatório das ações políticas de todos os indivíduos que a constituem. Ainda, a sociedade e seus participantes encontram-se inseridos na sua cultura maior, desenvolvida historicamente. Assim, em seu conjunto, os indivíduos, em função de

suas concepções de realidade, desenvolvem uma sociedade e cultura específicas nas quais se inserem, sendo, concomitantemente, seu mundo simbólico por elas constituído, formando uma estrutura orgânica na qual todo e partes influenciam-se mutuamente, submetidos a um duplo movimento – o de manter uma certa estabilidade ao longo do tempo e o de prover transformações na própria estrutura.

Nesse processo, a experiência psicológica encerra um caráter de construção permanente, em que as especificidades das experiências pessoais determinam a maneira como o indivíduo constrói suas referências de mundo, incluindo aquelas através das quais ele pode reconhecer-se como um determinado indivíduo – sua identidade. São referências em torno das quais ele organiza a si mesmo e sua relação com o mundo, coletivamente compartilhadas, tanto no nível consciente quanto inconsciente. Assim, a construção da experiência do indivíduo desenvolve-se através de estruturas de significado operando sempre como um conjunto organizado, como um sistema de construtos (Alvarez, 1992 apud Ferreira, 2000), e a identidade é um de seus construtos centrais e o determinante para constituição e manutenção da integridade do próprio sistema.

Assim, para Ferreira (2000), falar de identidade é falar de atores sociais voltados à construção de uma trama gramática, podendo esta configurar-se em uma peça *trash* ou em um belo drama.

Para ele, identidade é um construto que reflete um processo em constante transformação, cujas mudanças vêm sempre associadas a mudanças de referências e a novas



construções de realidade por parte dos indivíduos, determinadas por sua participação em certos processos provocadores de impacto existencial.

Ciampa (1987) apud Ferreira (2000), considera a identidade não simplesmente como uma representação da pessoa, como uma formulação de um centro estático e, sim, concebida como um processo de metamorfose que “representa a pessoa e a engendra”. Para Ferreira (2000), este último aspecto é de extrema importância para entender as questões apontadas sobre a formação da identidade do afro-descendente.

A identidade não se reduz somente a uma representação do indivíduo a distingui-lo de outros e, ao mesmo tempo, indicando uma semelhança sua em relação a determinado grupo de referência, porém, mais do que isso – e o que é decisivo para o desenvolvimento da identidade do afro-descendente em uma comunidade hegemônica de valores “brancos” – a identidade é uma referência em torno da qual a pessoa se constitui.

Adicionando-se a visão de Gadamer (1993) apud Ferreira (2000), para o qual a cultura é o meio universal da experiência, significando ser o indivíduo por ela constituído, pode-se assumir serem as qualidades “negritude” e “africanidade” aspectos constitutivos e essenciais das construções simbólicas do homem brasileiro, incluindo sua identidade, independente de seu aspecto físico. A visão deformada de tais qualidades, criada pelo europeu colonizador, que veio legitimar historicamente a dominação e o genocídio, direto ou indireto, dos indivíduos considerados “diferentes”, não-brancos, determina dificuldades para o desenvolvimento da identidade dos brasileiros afro-descendentes, além de efeitos nocivos nos relacionamentos pessoais, por terem suas construções simbólicas articuladas em torno de

referências de identidade associadas à inferioridade e outros valores vistos socialmente como negativos.

Ferreira (2000) em sua obra *AFRO-DESCENDENTE: Identidade em construção*, enfoca a identidade como uma categoria científica, preocupação do campo da psicologia, e como uma categoria, além de pessoal, fundamentalmente social e política. É considerada como uma referência em torno da qual o indivíduo se autoconhece e se constitui, estando em constante transformação e constituída a partir de sua relação com o outro. Não é uma referência que configura exclusivamente uma unidade, mas, simultaneamente, unidade e multiplicidade, e, como sugere Coelho Jr. (1996) apud Ferreira (2000), ela seria mais bem compreendida se considerada como uma “identidade em crise”. Em síntese, seria um processo dinâmico em torno do qual o indivíduo se referencia, constrói a si e a seu mundo e desenvolve um sentido de autoria.

“Assim, identidade tem relação com individualidade – referência em torno da qual o indivíduo se constrói; com concretude – não uma abstração ou uma mera representação do indivíduo, articulando-se com uma vida concreta, vivida por um personagem concreto, alicerce de uma sociedade igualmente concreta e constituída por vidas vividas; com temporalidade – transforma-se ao longo do tempo; com socialidade – só pode existir em um contexto social; com historicidade – vista como configuração localizada historicamente, inserida dentro de um projeto e que permite ao indivíduo alcançar um sentido de autoria na sua forma particular de existir” (Ferreira, 2000).

## CONCLUSÃO

As indagações propostas no início deste trabalho são igualmente úteis para melhor apreender algumas questões, sobre as quais existe um consenso nas variadas perspectivas não individualistas de abordagem da identidade. Dentre estas questões consideradas consensuais, deve-se destacar, em primeiro lugar, o entendimento da identidade, não como uma substância, como algo dado e imutável, ou como uma condição, mas ao contrário, como um processo, um fenômeno construído de forma dinâmica e dialética, um processo identitário, um processo de personalização mutável e provisório. A identidade é um processo de construção do eu.

O processo identitário é, ao mesmo tempo, individual e social, supõe uma interestruturação entre identidade individual e a identidade social dos atores sociais, em que componentes psicológicos e sociológicos se articulam organicamente. Os indivíduos se integram em diferentes grupos sociais, assumindo diferentes identidades coletivas, identificando-se com esses grupos, tendo o sentimento de a eles pertencerem, mas simultaneamente, tendem a diferenciar-se, tornando-se autônomos e firmando-se como indivíduos, como sujeitos, como atores sociais. Mesmo com todo o peso das estruturas sociais, cada indivíduo é único e irrepetível. Mesmo gêmeos idênticos constituem personalidades diferentes. A clonagem humana só é possível no nível biológico. Não é possível clonar identidades, porque, mesmo possuindo um mesmo DNA, dois seres humanos terão histórias de vida diferentes que resultarão em processos identitários diferenciados.

A identidade do indivíduo é um construto que ao longo da vida se reveste cumulativamente de várias facetas identidárias mutantes, ou seja, ao longo da vida há sucessivas mudanças de identidade, às vezes radicais; e até contraditórias entre si, mas que mantêm uma certa organização, coerência e estabilidade.

Temos que considerar também um aspecto importante, que é a seguinte questão: que modelos para a identificação dos adolescentes oferece a sociedade brasileira? São eles adequados ou, ao contrário, são contraditórios ou francamente negativos?

Segundo Outeiral (1994), a sociedade brasileira oferece, principalmente através dos meios de comunicação, da atitude de determinados setores políticos e de líderes empresariais, atitudes éticas e valores que não se constituem em modelos identificatórios positivos.

Ele acredita ser desnecessário exemplificar tal posição, fazendo referência apenas ao “episódio Collor” em seus diferentes desdobramentos. É inegável que a sociedade atual oferece muitos modelos “perversos” para identificação dos jovens.

Ainda, um bom ajustamento psicossocial está diretamente relacionado à combinação de três variáveis: (a) a “identidade pessoal”, referente às características mais genéricas de personalidade, aos sentimentos e às atitudes da pessoa em relação a si mesma; (b) a “orientação do grupo de referência”, variável indicativa do quanto a pessoa deixa seus pensamentos, sentimentos e comportamentos serem referenciados por valores, ideologias e padrões comportamentais de grupos raciais particulares; e (c) a “identidade racial”, relacionada à maneira como o indivíduo se articula e se compromete com as matrizes culturais do grupo de referência.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- OUTEIRAL, José Ottoni. Adolescer - Estudos sobre adolescência. Artes Médicas. Porto Alegre, 1994.
- BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. A construção Social da Realidade. Editora Vozes. Petrópolis, 1999 - 17a.ed.
- LEVISKY, David Léo. Adolescência - Reflexões Psicanalíticas. Casa do Psicólogo. São Paulo, 1998 - 2a.edição
- FERREIRA, Ricardo Franklin. Afro-descendente: identidade em construção. EDUC. São Paulo. Pllas. Rio de Janeiro, 2000.
- OSORIO, Luiz Carlos. Adolescente hoje. Artes Médicas. São Paulo, 1989.
- MOREIRA, Antonia Silva Paredes & OLIVEIRA, Denize Cristina de (Orgs.). Estudos Interdisciplinares de Representação Social. Editora Goiânia: AB. Goiânia, 2000. 2<sup>a</sup>. ed.
- NUNES, Ângela Maria de Souza. Uma Reflexão acerca do conceito de identidade. In: Arquivos Brasileiros de Psicologia. Vol. 38 – out./dez. Nº. 04 Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 1986.